

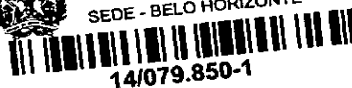


Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



JUCEMG - SEDE
SEDE - BELO HORIZONTE



14/079.850-1

1/10

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300097081

Código da Natureza Jurídica

2038

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO. SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **PBH ATIVOS S.A.**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J143534024212

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	017			ATA DE REUNIAO DO CONSELHO ADMINISTRACAO

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

BELO HORIZONTE
Local

Nome: Edson Ronaldo Vasconcelos
Assinatura: Edson Ronaldo Vasconcelos
Telefone de Contato: 3274-9561

7 Janeiro 2014
Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

14.1.14

Data

Responsável

Vinicius Barbosa Mourão
JUCEMG
ASP 11242

☐ NÃO
Data



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5210185
EM 15/01/2014
#PBH ATIVOS S.A.

SECRETARIA GERAL

JUCEMG

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (V. AN1087517 PROTOCOLO: 14/079.850-1)
- ☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
- ☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
- ☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
- ☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

Vogal

Vogal

João Assunção Presidente da

3ª Turma

Rui Pires de Melo

OBSERVAÇÕES

Endereço e conta para 20/12/12 - data da reunião
Liberado

Vinicius Barbosa Mourão
JUCEMG

PBH ATIVOS S/A

PBH ATIVOS S.A.
CNPJ 13.593.766/0001-79
NIRE 31.300.09708-1

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28 de dezembro de 2012

1. **Data, Hora e Local:** dia 28 de dezembro de 2012, às 16 horas, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na sede da Companhia, na Avenida Otacílio Negrão de Lima, nº 16.950, Bairro Pampulha.

2. **Presença:** totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia;

3. **Convocação:** Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.

4. **Composição da Mesa: Presidente:** José Afonso Bicalho Beltrão da Silva;
Secretário: Marco Aurélio de Vasconcelos Cançado;

5. Ordem do dia:

(i) Em atendimento à solicitação feita pelo Secretário Municipal de Finanças, apreciar e deliberar sobre autorização à Diretoria para analisar a viabilidade de realização pela Companhia de operação de captação de recursos de mercado, mediante emissão de títulos mobiliários utilizando como garantia direitos creditórios autônomos municipais originados de créditos tributários e não tributários parcelados, de titularidade do Município de Belo Horizonte e por este cedidos à empresa, conforme previsto na legislação.

(ii) Autorização à Diretoria para a PBH ATIVOS firmar convênio de cooperação técnica com o Município, por intermédio da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa – SMAGEA – minuta anexa -, para elaboração, acompanhamento, gestão e execução de procedimentos licitatórios, inclusive dispensas e inexigibilidades, bem como atividades técnicas e administrativas necessárias ao adequado desenvolvimento das licitações e contratações a serem realizadas, para o desempenho eficiente e legalmente fundamentado das funções demandadas pelo Município à Companhia para a realização, tanto de ações rotineiras de sua administração, quanto para serviços técnicos de alta especialização. O Diretor Presidente da Empresa destacou para os Conselheiros o disposto na Cláusula Segunda – item 2.2 b – que obriga a PBH ATIVOS a ressarcir, mensalmente, a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, os custos incorridos na realização e execução do Convênio. Tal dispositivo assegura a observância do princípio de que a Companhia não pode receber recursos financeiros do Município para pagamento de suas despesas de pessoal ou de custeio, bem como atende ao princípio da não dependência da Empresa em relação ao Tesouro Municipal, conforme prescrito no Artigo 12 da Lei de criação da empresa (Lei nº 10.003/10, este por sua vez em

PBH ATIVOS S.A.
Av. Otacílio Negrão de Lima, 16.950 – Bairro Pampulha – Belo Horizonte/MG – Brasil
Telefone: (31) 3277 - 4442

consonância com os termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

JUCEMG

6. Deliberações:


(i) Autorizar a Diretoria a praticar os atos necessários a estudar a viabilidade de captação de recursos de mercado, a formatação e estruturação deste tipo de operação financeira, com lastro na utilização como garantia de direitos creditórios autônomos, originados de créditos tributários e não tributários parcelados, de titularidade do Município de Belo Horizonte, de conformidade com as condições propostas no Termo de Referência – **anexo 1** a esta ata.


(ii) Autorizar a Diretoria a assinatura do Convênio de Cooperação com o Município, por intermédio da SMAGEA, nos termos da minuta proposta- **anexo 2** a esta ata..

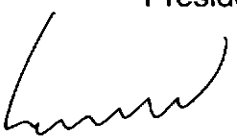
7. Encerramento: Após, tomadas e aprovadas as deliberações, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.


8. Assinaturas: José Afonso Bicalho Beltrão da Silva - Presidente; Marco Aurélio de Vasconcelos Cançado – Secretário; José Lauro Nogueira Terror e Josué Costa Valadão – Conselheiros.

Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2012.


José Afonso Bicalho Beltrão da Silva
Presidente


Marco Aurélio de Vasconcelos Cançado
Secretário


José Lauro Nogueira Terror
Conselheiro


Josué Costa Valadão
Conselheiro



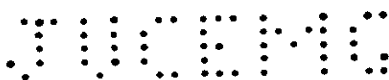
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5210185
EM 15/01/2014
#PBH ATIVOS S.A.#

PROTOCOLO: 14/079.850-1
AH1087518


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

JUCEMG

PBH ATIVOS S.A.
Av. Otacílio Negrão de Lima, 16.950 – Bairro Pampulha – Belo Horizonte, MG – Brasil
Telefone: (31) 3277 - 4442



Ata de Reunião do Conselho de Administração
Realizada em 28 de dezembro de 2012

ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA

1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

- 1.1 PREGÃO PRESENCIAL
- 1.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
- 1.3 DATA:
- 1.4 HORA:

2. OBJETO

2.1 É objeto da licitação a contratação de serviços de assessoria financeira para a estruturação, emissão e distribuição pública de valores mobiliários lastreados em direitos creditórios autônomos, originados de créditos tributários ou não, parcelados, a serem cedidos pelo Município de Belo Horizonte a PBH ATIVOS S.A.

2.2 São características da emissão de valores mobiliários (operação):

- a) o volume dos direitos creditórios é de aproximadamente R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), conforme descrito no Anexo B ao presente Termo;
- b) o pagamento será feito com debêntures subordinadas ou outros valores mobiliários, privados ou públicos, com prazo em torno de oito anos, emitidos pela PBH ATIVOS e integralizados pelo Município, mediante a cessão dos direitos creditórios autônomos, portanto, sem esforço de venda;
- c) ao mesmo tempo será realizada a emissão de debêntures, ou outros valores mobiliários, com garantia real, lastreados pelos direitos creditórios autônomos, objeto da cessão acima referida;
- d) a emissão deverá apresentar um rating mínimo AA, em escala local, concedido por agência internacional;
- e) a emissão será no valor de até R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), com prazo em torno de seis anos, dependendo do índice de garantia exigido pela operação, considerado o rating definido nos termos da alínea "d" deste item;
- f) a emissão será destinada a distribuição pública restrita ou ampla, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), respectivamente Instruções nº 476/2009 e 400/2003, sob o regime de garantia firme de colocação;
- g) a taxa de juros de referência da operação é o valor da taxa da NTN-B 2016, acrescido de spread de 5% ao ano;
- h) os recursos oriundos dos direitos creditórios cedidos serão creditados pela rede arrecadadora diretamente em conta vinculada à operação de titularidade da PBH ATIVOS, mantida no banco centralizador;
- i) os recursos captados no mercado serão utilizados pela PBH ATIVOS S.A. para amortização das debêntures subordinadas ou pagamento de parte dos direitos creditórios autônomos.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 A contratação dos serviços tem como justificativa a captação de recursos no mercado de capitais, lastreada nos direitos creditórios referidos no presente Termo, recursos que serão aplicados no programa de investimentos estabelecidos no Plano Plurianual de Ação

PBH ATIVOS S.A.
Av. Otacílio Negrão de Lima, 16.950 – Bairro Pampulha – Belo Horizonte, MG – Brasil
Telefone: (31) 3277 - 4442

PBH ATIVOS S/A

5/10

Governamental do Município de Belo Horizonte (PPAG-BH), em vigor, e originou-se em solicitação feita pelo Secretário Municipal de FINANÇAS à PBH ATIVOS S.A.

3.2. A cessão onerosa pelo Município de Belo Horizonte dos direitos creditórios autônomos, originados de créditos tributários ou não, é autorizada pela Lei nº 7.932/99, art. 7º, 8º e 9º (alterados pela Lei nº 9.799/09).

4. CARACTERÍSTICAS DO CONTRATANTE

A PBH ATIVOS tem as seguintes características:

- a) é sociedade anônima de capital fechado que poderá, durante a estruturação da operação, ser registrada como companhia de capital aberto, Categoria B, conforme definido pela ICVM 480/09;
- b) tem capital autorizado de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) e capital integralizado de R\$ 254.974.385,83 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos e setenta e quatro mil, trezentos e oitenta e cinco reais e oitenta e três centavos);
- c) é controlada pelo Município de Belo Horizonte que, de modo direto e indireto, detém 100% das ações;
- d) foi criada em 2011, conforme autorização dada pela Lei nº 10.003, de 25 de novembro de 2010;
- e) tem como objeto social, entre outros estabelecidos no art. 2º do Estatuto Social:

"a) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais;

b) auxiliar o Tesouro municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da Companhia;

c) estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;

d) auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral;"

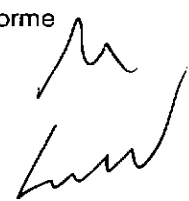
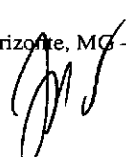
5. ESCOPO DOS SERVIÇOS

5.1. A execução dos serviços pela Contratada deverá compreender, dentre outras, as seguintes atividades:

I - Estruturação:

- a) relatório indicando a modelagem da operação;
- b) elaboração das minutas dos instrumentos jurídicos exigidos pela estrutura da Operação;
- c) opinião legal, abordando entre outros assuntos, a constitucionalidade dos artigos 7º a 9º da Lei nº Lei Municipal 7932/99, a legalidade da Operação, a conformidade da Operação com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
- d) relatório de Auditoria;
- e) estimativa do volume financeiro da Operação;
- f) obtenção de rating definitivo para a Operação;
- g) avaliação das melhores condições de captação, considerando demanda, custo, prazo de preparação de material informativo (road-show) para investidores;
- h) assessoramento para eventual abertura de capital da Contratante, Categoria "B", conforme definido pela ICVM 480/09;

PBH ATIVOS S.A.
Av. Otacílio Negrão de Lima, 16.950 – Bairro Pampulha – Belo Horizonte, MG – Brasil
Telefone: (31) 3277 - 4442



PBH ATIVOS S/A

6/10

II - Distribuição

- a) apresentação da estrutura da Operação para investidores;
- b) atendimento a dúvidas e reuniões com potenciais investidores;
- c) apuração do preço em processo de bookbuilding, sujeitando-se à efetiva aceitação das ordens coletadas à aprovação da Contratante;
- d) subscrição e liquidação financeira dos valores mobiliários subscritos

5.2. Os trabalhos terão cronograma estabelecido pela Contratante, por proposta da Contratada, apresentado no início da execução dos serviços, observado o prazo referencial de 90 (noventa dias).

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deverá:

- a) atuar como coordenador líder da operação de distribuição de valores mobiliários;
- b) contratar e coordenar os trabalhos de escritórios de advocacia, agência de rating, custodiantes, auditores, agente fiduciário e quaisquer outras consultorias, nacionais e internacionais, que se responsabilizarão pelo processo de due diligence, elaboração de prospectos, documentos jurídicos, declarações e pareceres necessários à implementação da Operação, além de providenciar as autorizações e registros, pagamentos de taxas, publicações e tudo mais que for necessário para a realização da operação;

6.2. Para atender o disposto no item 6.1, "b", o escritório de advocacia do estruturador, a empresa de auditoria, a agência de rating e o agente fiduciário, deverá comprovar quando da contratação, experiência na atuação em pelo menos uma operação de mercado de capitais envolvendo a cessão de direitos creditórios lastreados em créditos tributários ou não de titularidade da administração pública direta.

6.3. A Contratante poderá, a seu exclusivo critério, interromper a qualquer tempo a execução dos trabalhos, hipótese em que será devida à Contratada a indenização pelos custos incorridos, autorizados pela Contratante.

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. O critério de julgamento será o de menor preço a ser aferido pelo % (percentual) incidente sobre os valores mobiliários a serem distribuídos no mercado de capitais.

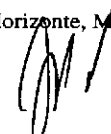
7.2. As propostas e lances devem referir-se tão somente ao % (percentual), em duas casas decimais, que deverá incidir sobre os valores mobiliários a serem distribuídos no mercado de capitais que tem valor referência de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), formando assim a Remuneração de Estruturação e Distribuição que será devida à Contratada.

7.3. O % (percentual) ofertado pela proponente a título de Remuneração de Estruturação e Distribuição não poderá ser superior a 2% (dois por cento) do valor da emissão de debêntures com garantia real, sendo vedada a apresentação de taxa inferior a 0,5 % (meio por cento) que corresponde a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), a fim de que possam ser cobertos os custos de estruturação, conforme previsto no item 7.4, a seguir.

7.4. A Remuneração de Estruturação e Distribuição compreende: (i) todos os custos, inclusive impostos, com os serviços e despesas necessárias à estruturação, registro e distribuição, junto ao mercado de capitais de valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando, às despesas com assessores legais, auditoria, agência de classificação de risco, agente fiduciário, banco mandatário e escriturador, despesas com publicidade, despesas de road show, taxas para registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, BOVESPA e Comissão de Valores Mobiliários - CVM e publicações oficiais; (ii) prêmio de garantia firme de colocação; e (iii) a comissão de estruturação e colocação.

PBH ATIVOS S.A.

Av. Otacílio Negrão de Lima, 16.950 – Bairro Pampulha – Belo Horizonte, MG – Brasil
Telefone: (31) 3277 - 4442



PBH ATIVOS S/A

7/10

7.4.1 A proposta deverá conter a indicação dos percentuais que serão alocados para os subitens "(i)", "(ii)" e "(iii)" do item 7.4.

7.4.2. Juntamente com a proposta a licitante deverá comprovar, ser instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, registrada na Comissão Nacional de Valores Mobiliários (CVM);

8. CONDIÇÕES DE REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO

As condições de remuneração e pagamento serão as seguintes:

a) debêntures subordinadas: não irá incidir qualquer comissão para estruturação e colocação;
b) debêntures com garantia real, lastreada nos direitos creditórios, com pagamento no ato da liquidação financeira da operação:

I - Remuneração de Estruturação e Distribuição, conforme definidos nos itens 7.3 e 7.4;

II- Prêmio pelo Sucesso na Distribuição: a este título a Contratante pagará à Contratada uma comissão de sucesso equivalente a 50% do ganho financeiro da operação decorrente da diferença definida no item 2.2, "g" e a taxa final de resultado do bookbuilding. O detalhamento operacional do cálculo do Prêmio deverá ser definido na fase dos trabalhos de distribuição.

9. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

9.1 Atestados de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que: (i) o licitante atua ou atuou como coordenador, líder ou não, em operações de estruturação e distribuição de valores mobiliários, na forma regulamentada pela CVM, em montante não inferior a R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

9.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) estar emitido(s) em papel(eis) timbrado(s) do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediu(ram), ou deverá(ão) conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s), com a devida identificação do responsável pela assinatura do atestado.

9.3 Os valores de comprovações das experiências realizadas pela licitante poderão ser atualizados, utilizando-se a variação do IPCA registrada no período compreendido

entre o mês da data da ocorrência do evento e o mês anterior ao da apresentação da proposta.

9.4 Admite-se, para efeito de comprovação das experiências exigidas acima, a apresentação de atestados relativos a serviços prestados por empresa do mesmo conglomerado financeiro.

9.5 A instituição financeira ou o consórcio deverá ter patrimônio líquido de, no mínimo, R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), apurado em 30 de junho de 2012, comprovado pela publicação das demonstrações financeiras, devidamente auditadas.

10. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

A proposta poderá ser apresentada por uma instituição financeira isoladamente ou por um consórcio composto por, no máximo, três instituições financeiras, sendo uma delas indicada como Coordenador Líder. A participação de qualquer instituição financeira em mais de uma proposta não será admitida.

11. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas por recursos da Contratante.

12. PRAZO DO CONTRATO:

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir da data de sua assinatura.

13. GARANTIA CONTRATUAL

Não será exigida.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracterizará a inadimplência do licitante e/ou da Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades:

14.1.1. advertência.

14.1.2. multas, nos seguintes percentuais:

a) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela não adimplida, por dia de atraso na prestação dos serviços;

PBH ATIVOS S.A.
Av. Otacílio Negrão de Lima, 16.950 – Bairro Pampulha – Belo Horizonte, MG – Brasil
Telefone: (31) 3277 - 4442

PBH ATIVOS S/A

8/10

b) 10% (dez por cento) sobre a parcela não adimplida, por inexecução parcial das obrigações contratuais.

c) 10,0% (dez por cento) sobre o valor total do contrato por inexecução total das obrigações.

14.1.3. impedimento de licitar e contratar, com o consequente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02;

14.2 A advertência e as multas serão aplicadas pela PBH ATIVOS S.A.

14.3 A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal de Finanças por provocação da PBH ATIVOS S.A.

ANEXOS

A – LEGISLAÇÃO

I- AUTORIZAÇÃO PARA CESSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Lei nº 7.932/99, arts. 7º a 9º

II – AUTORIZAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DA PBH ATIVOS S.A.

- Lei nº 10.003/2010

III- Estatuto Social da PBH ATIVOS

- Decreto nº 14.444, de 19 de junho de 2011

IV- FINANÇAS - DÍVIDA ATIVA – PARCELAMENTO

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28 de dezembro de 2012

Anexo 2 : Minuta de Convênio de Cooperação Técnica entre PBH ATIVOS e o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - SMAGEA

Convênio que entre si firmam o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa e a PBH ATIVOS S.A.

Considerando que a Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010, autoriza a criação de sociedade sob controle acionário do Município de Belo Horizonte e estabelece outras disposições relativas à atuação da Entidade;

Considerando que o Decreto nº 14.444, de 09 de junho de 2011, aprova a o Estatuto Social da PBH Ativos S.A, cuja criação foi autorizada pela Lei 10.003/10;

Considerando que a criação da PBH ATIVOS S.A tem como objetivo precípuo auxiliar o Município na captação de recursos financeiros e fomentação de receita municipal, por meio da titulação, administração e exploração econômica dos bens da Administração Municipal;

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, por intermédio da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa, estabelecida na Rua Espírito Santo, nº 605, Centro, Belo Horizonte/MG e a **PBH ATIVOS S.A.**, sociedade de economia mista, autorizada criação pela Lei Municipal 10.003/10, estabelecida na Avenida Otacílio Negrão de Lima, nº 16.950, Bairro Pampulha, CEP 31365-450, CNPJ/MF n.º 13.593.766/0001-79, NIRE 31300097081, Inscrição Municipal 288.925/001-0, neste ato representado por seu

PBH ATIVOS S.A.
Av. Otacílio Negrão de Lima, 16.950 – Bairro Pampulha – Belo Horizonte, MG – Brasil
Telefone: (31) 3277 - 4442

PBH ATIVOS S/A

Diretor Presidente José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, celebram o presente Convênio, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1.1. O objeto do presente convênio é a cooperação técnica entre os partícipes para elaboração, acompanhamento, gestão e execução de procedimentos licitatórios, inclusive dispensas e inexigibilidades, bem como atividades técnicas e administrativas necessárias ao adequado desenvolvimento das licitações e contratações a serem realizadas.

Cláusula Segunda – Das Atribuições

2.1. Da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa

Para a consecução do objeto deste Convênio, são atribuições da Secretaria Municipal Adjunta de Administração:

- a) Acompanhar, gerir e executar os procedimentos licitatórios e contratações, bem como as atividades técnicas e administrativas necessárias ao perfeito desenvolvimento do objeto do presente convênio;
- b) Disponibilizar pessoal técnico e administrativo, necessários para as atividades previstas;
- c) Disponibilizar a infra-estrutura física e de pessoal necessários;
- d) Preparar e executar o processo de licitação até a sua conclusão;
- e) Apresentar, mensalmente, à PBH ATIVOS S.A, os custos atinentes à realização e execução do objeto deste Convênio.

2.2. Da PBH ATIVOS

- a) Prestar todas as informações técnicas necessárias para a adequada elaboração e execução da licitação em análise.
- b) Arcar, mensalmente, com os custos incorridos pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa na realização e execução deste Convênio.

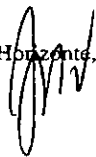
Cláusula Terceira – Da Vigência

3.1. O prazo de vigência deste convênio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, mediante termo aditivo a ser firmado pelas partes, mantidas todas as condições ajustadas aqui.

Cláusula Quarta – Da Convalidação

4.1. Ficam convalidados todos os atos e efeitos realizados no período de 01º de dezembro de 2012 até a data de assinatura deste convênio.

PBH ATIVOS S.A.
Av. Otacílio Negrão de Lima, 16.950 – Bairro Pampulha – Belo Horizonte, MG – Brasil
Telefone: (31) 3277 - 4442



PBH ATIVOS S/A

4.2. Todas os custos atinentes à realização e execução do objeto deste Convênio durante o período estabelecido no item 4.1, deverão ser ressarcidos pela PBH ATIVOS à Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa, nos termos da alínea 'e' do item 2.1 deste Convênio.

Cláusula Quinta – Da Rescisão

5.1. Este convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo diante da conveniência e interesse público dos convenientes.

Cláusula Sexta – Do Foro

6.1. Os partícipes elegem a comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Convênio.

E para firmeza e validade de tudo quanto aqui se estipulou, lavrou-se o presente TERMO DE CONVÊNIO, que será assinado pelas partes convenientes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas que também o subscrevem, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Belo Horizonte, xx de janeiro de 2013

Signatários

Marcio Araujo de Lacerda

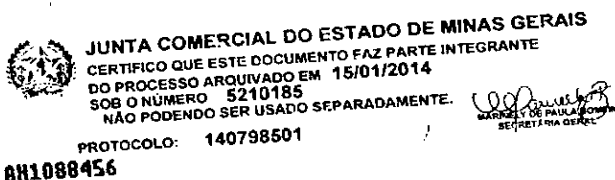
Prefeito Municipal de Belo Horizonte

Hipérides Dutra de Araújo Ateniense

Secretário Municipal Adjunto de Gestão Administrativa

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva

Presidente PBH ATIVOS S.A



MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

PBH ATIVOS S.A.
Av. Otacílio Negrão de Lima, 16.950 – Bairro Pampulha – Belo Horizonte, MG – Brasil
Telefone: (31) 3277 - 4442